



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 001/2024

Objeto: Parecer Jurídico do Projeto de Lei nº 001, de 23 de janeiro de 2024.

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: *“Inclui Ação no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, abre créditos adicionais especiais no orçamento de 2024 e indica recursos. Revoga a Lei 1.192, de 27 de dezembro de 2023”.*

I - RELATÓRIO

Foi recebido por esta assessoria o Projeto de Lei (PL) de autoria do Poder Executivo, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno nº 03/2021 a pedido da Comissão de Finanças e Orçamento, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

No caso em espécie, o PL propõe a inclusão de ação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como para abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2024, indicando recursos.

Na justificativa anexa a proposição, o Poder Executivo alega que já havia sancionada a Lei Municipal 1.192 diante do recebimento de recursos federais, porém após a edição, o Setor de Contabilidade, percebeu que no artigo 3º havia menção que serviriam de recursos para dar abertura aos créditos adicionais especiais o “superávit financeiro de 2023” enquanto que o correto, à época, deveria ser “excesso de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

arrecadação". Assim, não foi possível utilizar a Lei 1.192 naquele ano para abrir os referidos créditos adicionais especiais. Como solução, enviam o presente PL para regularização.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

De acordo com a Constituição Federal, os Municípios têm competência legislativa nos termos do artigo 30, em especial em assuntos de interesse local (inciso I) e na suplementação da legislação federal e estadual, no que couber (inciso II).

Em análise ao projeto, verifica-se que respeita a boa técnica legislativa e que versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30¹, inciso I da Carta Magna.

A Constituição Federal dispõe que a abertura de crédito especial deve ter autorização legislativa prévia, bem como deve indicar os recursos para dar cobertura (art. 167, V²), o que se faz presente no projeto ora examinado.

É certo que a abertura do crédito especial depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa (art. 43, caput, da LF 4.320/64).

Previsão no mesmo sentido é a estabelecida pela Lei 4.320/1964, que, em seu título V, dispõe sobre créditos adicionais:

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. (grifei)

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. (grifei)

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo. (grifei)

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (grifei)

O PL demonstra a existência de recursos disponíveis (anexo ao PL) e apresenta justificativa³ expressa para a abertura dos créditos.

Considerando, as disposições acima elencadas, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade no projeto de lei ora analisado.

Ressalta-se que foi solicitada a tramitação do projeto de lei pelo regime de urgência urgentíssima, recomendando-se aos membros da Casa Legislativa a

³ A análise do mérito da justificativa foge da alçada jurídica, devendo ser avaliada pelos vereadores que são legitimados democraticamente e aptos para tal exame.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

observância aos prazos estabelecidos regimentalmente, conforme disposto no artigo 163-A.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa** do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, esta Assessoria Jurídica **opina** pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 001/2024.

Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação e dos princípios doutrinários, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto jurídico e legal.

Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta Assessoria Jurídica **não é vinculante**, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

É o parecer.

À Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa para apreciação do presente.

Boa Vista do Sul (RS), 26 de janeiro de 2024.


Aline Z. Furlanetto Salvi

Assessora Jurídica

OAB/RS 107.597